

Porto Velho, 28 de julho de 2020.

**Ao**  
**Poder Executivo**  
**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0028.103707/2020-11****Pregão Eletrônico N.º 338/2020/KAPPA/SUPEL/RO****UASG: 925373****Data de Abertura: 17/08/2020 às 10:00HS, no endereço: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

**AMPLA COM COTA DE 25% PARA MICROEMPRESAS - ME**  
**E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP**

**Prezado (a) Senhor (a) Pregoeiro (a)**

Nissey Motors Ltda, concessionária autorizada da marca Toyota, CNPJ. N.º 04.996.600/0001-02, com sede a Rua da Beira n. 7670 Bairro Jardim Eldorado – Porto Velho Rondônia, CEP n. 76811-738, por intermédio do seu representante legal, Sr. João Lúcio Ornelas Silva, RG 445189 SSP/RO e CPF 614.031.646-49; residente e domiciliado em Porto Velho/RO, vem à presença de V.S., tempestivamente, com fulcro no sub item 3.1 do Edital e anexos em epigrafe, e na lei 8666/93, artigo 4º, inciso XVIII da lei 10.520/02. E demais legislações, a fim de interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL acima referenciado, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão.

**01- TRATA-SE DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL EM**  
**EPIGRAFE “QUANTO A COTA 25%**  
**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP”.**  
**02- E ASSISTENCIA TECNICA.**

Impugnar edital em epigrafe; em conformidade Art. 49.

Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...) II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas

pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) Conclusão:

As alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014 estão justificadas na diferença de tratamento que pede a Constituição Federal seja concretizada.

As licitações exclusivas são uma forma de efetivação do mandamento constitucional.

Ocorrendo, no entanto, licitação por itens, havendo item aberto à cotação das empresas em geral, como não cabe inabilitação na fase de qualificação, deverá a Administração atentar quando da abertura das proposta a exclusividade ou não do item, pois tratando-se de competição restrita ao micro e pequeno empreendedor não deverá ser aceita proposta daquele que não se enquadra no favor legal que visa a resguardar a igualdade de condições na competição.

Ademais, Estado de Rondônia não possui nenhuma concessionária automotores que se enquadre, em ME/EPP; portanto, e devido o aceite e deferimento.

**Por exemplo, Estado de Rondônia pacificou esse impasse através decreto...**

*DECRETO N. 21.675, DE 3 DE MARÇO DE 2017.*  
*Regulamenta o Tratamento Favorecido, Diferenciado e Simplificado para as Microempresas -ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, Microempreendedores Individuais - MEI e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Estadual.*

**Art. 10. Não se aplica o disposto nos artigos 6º ao 8º quando:**

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

Ademais, o presente termo referencia exige que o primeiro emplacamento / licenciamento seja em nome da contratante; daí vejamos o não enquadramento na exclusividade das ME/EPP....

A Deliberação CONTRAN n.º 64, de 30 de Maio de 2008, em seu Anexo, define “**veículo novo**” como “**veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento**” (grifos nossos).

Ainda que a citada Deliberação trate de regras dirigidas a ônibus, caminhão ou trator, não se pode perder de vista o disposto no art. 2º da Lei n.º 6.729/79 (Lei Ferrari), que conceitua como **veículo automotor**, de via terrestre, “**o automóvel, caminhão, ônibus, trator, motocicleta e similares**” (grifos nossos).

Assim, a análise sistemática desses normativos nos permite concluir que a definição utilizada pelo CONTRAN, **para veículos novos, também é aplicável para automóveis**, pois, logicamente, não faria sentido que o legislador criasse definições distintas de **veículos novos** para caminhão, ônibus e trator e outra apenas para automóvel, já que, segundo a Lei n.º 6.729/79 (Lei Ferrari), **são todos veículos automotores**.

O art. 1º da Lei Ferrari deixa claro que “**a distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores**” (grifamos). Além disso, o inciso II, do art. 2º da mesma norma, define **distribuidor** com sendo a “(...) **a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade;**” (grifamos).

Ressalto que o art. 12 da citada Lei é taxativo ao proibir ao concessionário / distribuidor a venda de veículos novos para fins de revenda. Isso significa que a venda deve ser feita apenas ao consumidor final.

O art. 15 da Lei Ferrari prevê uma regra de exceção, ao permitir que o concedente (fabricante) efetue vendas diretas, independente da atuação do concessionário, apenas à Administração Pública, ao Corpo Diplomático ou a compradores especiais. Dessa forma, quando o veículo for revendido por não concessionário ou não fabricante (que na cadeia também se caracteriza como consumidor final), a outro consumidor final (nesse caso, a Administração Pública), restaria descaracterizado o conceito jurídico de veículo novo.

Em relação ao conceito de veículos novos (zero quilômetro), adota o entendimento constante do Anexo da Deliberação CONTRAN nº 64/2008. Assim, serão considerados veículos novos (zero quilômetro) aqueles ofertados por concessionária autorizada pelo fabricante ou pelo próprio fabricante.

**O primeiro registro e o primeiro emplacamento / licenciamento deverão ser efetuados em nome da CONTRATANTE, cujos custos correrão a expensas da licitante vencedora. (...)”.**

Com o objetivo de reforçar / demonstrar o alegado, transcrevo decisão monocrática do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Ainda alegaram que instaria de se salientar o risco de se comprar carros que tiveram avarias. Haveria diversos leilões de veículos que saíram de fábrica e sofreram danos de transporte ou não passaram no controle de qualidade para serem vendidos como “novos”. O revendedor poderia comprar esse veículo com defeito, consertar e vender o mesmo como zero km, pois não teria ocorrido deslocamento com o carro, ou seja, ele ainda esta com o hodômetro zerado. Nesse caso a responsabilidade por eventuais defeitos poderia ser rebatida pelo fabricante, uma vez que o veículo não teria sido adquirido de seu revendedor autorizado.

Devo informar que com a integração do DETRAN/RO ao SISTEMA NACIONAL DE GRAVAME/SNG; quando ocorrer um faturamento para CNPJ de qualquer FEDERAÇÃO do Brasil; O CONTRAN direcionar para aquela unidade Federativa as informações do

RENAVAN; ou seja, o(s) veículo(s) ora adquiridos por empresa não credenciadas por fabricantes; deve emplacar o(s) veículo(s) automotores naquele Estado onde consta sede da empresa.

Para maiores informações oficialize ao DETRAN/RO, acerca dos fatos aqui elencados; referente ao RENAVAN.

Destarte, Senhor (a) Pregoeiro (a); as empresas enquadradas na Lei 123/2006; nunca foram impedidas em participar em processo com ampla participação.

### **03- ASSISTENCIA TECNICA / DA GARANTIA VEICULAR**

#### **ANEXO I DO EDITAL – TERMOP DE REFERENCIA**

#### **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**

##### **1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo **Aquisição de Veículo tipo Pick-Up**, para atender as necessidades desta SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM, tendo como fundamentação legal as Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02 e normas correlatas.

##### **2. DA JUSTIFICATIVA**

##### **4º PARAGRAFO**

Considerando que são 52 municípios no Estado de Rondônia, sendo que a SEDAM, apenas mantem base(ERGA) em 14(quatorze) municípios, sendo estes setores responsáveis por atender a demanda de vistorias entre outras atividades a serem desenvolvidas nos outros municípios, uma vez, em quase todos os processos de licenciamentos, a vistoria é requisito de comprovação dos dados para serem anexados através de relatório, que somente são confeccionados após visita *in loco*;

##### **3.1.1. DA ESPECIFICAÇÃO**

- **Garantia de Fábrica:** Mínima de 01 ano ou superior, com assistência técnica.

Considerando o exposto em termo de referencia “ANEXO I” quanto ao uso dos veículos em todo Estado de Rondônia.

Anexo I especificações técnicas, **“- Garantia de Fábrica: Mínima de 01 ano ou superior, com assistência técnica”.**

Não exige que a Marca do veiculo ofertado pelo(s) licitante(s) tenha pelo menos 1 (uma) concessionaria autorizada pelo fabricante no estado de Rondônia.

Portanto, zelando pela economicidade e zelo pela coisa publica.

Considerando que o objeto em questão é de alto valor agregado, que é devido as revisões de acordo com manual do fabricante a bordo do veículo.

*A exigibilidade da comprovação da licitante possuir assistência técnica da marca do veículo ofertado no mínimo nos municípios de Porto Velho, e mais 03 (três) no interior do Estado de Rondônia, se faz necessário pelo motivo de que o fabricante é o responsável pela GARANTIA do bem, mas quem executa os serviços é a concessionária autorizada pela marca, Pessoa Jurídica distinta do fabricante. Enquanto os veículos estiverem dentro do prazo da garantia, aquisição e troca de peças e os serviços mecânicos e elétricos em geral, se forem executados em oficinas que não sejam autorizadas pelo fabricante, haverá a perda da garantia dos veículos. Os veículos da SEDAM-RO não possuem domicílio fixo, podendo ser alocados na Capital ou em qualquer outro Município do interior do Estado que tenha Escritório da SEDAM, podendo ser modificado, conforme as necessidades e o interesse da SEDAM-RO*

## **Das MARCAS veículos, com concessionárias no mínimo 4 (quatro) no estado de Rondônia.**

### **01-CHEVROLET / S10**

#### **01-SABENAUTO/RO**

AV. TIRADENTES, 3.183 BAIRRO INDUSTRIAL.  
PORTO VELHO/RO  
Tel. (69) 3216-7100

#### **02-TIGRAO/RO**

RODOVIA BR 364, 2290 BAIRRO APOIO RODOVIÁRIO.  
ARIQUEMES/RO  
Tel. (69) 3536-8797

#### **03-TIGRAO/RO**

ROD. BR 364 KM 03 BAIRRO JARDIM AURELIO BERNARDI  
JI-PARANÁ  
Tel. (69) 2183-1500

#### **04-VEMAQ/RO**

AV. CASTELO BRANCO, S/N BAIRRO SETOR INDUSTRIAL  
CACOAL/RO  
Serviços  
(69) 3441-3313

#### **05-VEMAQ/RO**

RUA PRESIDENTE MÉDICI, 79-G BAIRRO CENTRO  
VILHENA/RO  
(69) 3321-1615

### **02-FORD / RANGER**

#### **01-MEGA /RO**

BR 364 KM1.5 - R DA BEIRA S/N  
PORTO VELHO/RO  
Tel. 69-32177700

**02-MEGA/RO**

AV. CAPITÃO SILVIO 4379  
ARIQUEMES/RO  
Tel. 69-32177700

**03-CANAA/RO**

AV. TRANSCONTINENTAL 4016  
JI-PARANA/RO  
Tel. 69-34114300

**04-CANAA/RO**

AV. CASTELO BRANCO 19849  
CACOAL/RO  
76967-621  
Tel. 69-34162000

**05-CANAA/RO**

AV. MAL. RONDON 8156  
VILHENA/RO  
Tel. 69-33169000

**03-TOYOTA / HILUX**

**01-Porto Velho-Ro:** R. da beira, 7670, NISSEY MOTORS LTDA.69-3218-2100.  
**02-Ariquemes/RO BR 364:** KM 521, Nº 7660, NISSEY MOTORS LTDA tel. 69-3536-3444.  
**03-Ji-paraná/RO:** Av. Aracaju n. 799 –NISSEY MOTORS LTDA - 69-3416-8320.  
**04-Cacoal/RO:** Av. Castelo Branco, 15929, - Apediá veíc, Ltda. 69 3441-2967.  
**05-Vilhena-RO:** Av. Celso Mazzuti, 7363– Apediá veículos Ltda. 69 3316-5000.

**04-VOLKS / AMAROK****01-Saga Amazônia/RO**

Rua Da Beira, 7230  
Porto Velho/RO  
Tel. (69) 3219-7000

**02-Cometa/RO**

Av.Capitao Silvio, 2290  
Ariquemes/RO  
Tel. (69) 98479-6138

**03-Cometa Center Car/RO**

Av.Transcontinental, 3838  
Ji-Paraná/RO  
Tel. (69) 2183-2000

**04-Mazzutti Veiculos/RO**

Av. Castelo Branco 19642  
Cacoal/RO  
Tel. (69) 99981-4804

**05-Carevel/RO**

Av.Celso Mazzutti 3505  
Vilhena/RO  
Tel. (69) 99985-3211

*O ente Público visualizando pelo princípio da economicidade quanto aos deslocamentos para revisões periódicas e ou outros serviços conforme manual do fabricante a bordo do veículo; faz necessário que identifique o custo benefício.*

**Por exemplo:** se marca do veículo ofertado possuir somente 1 (uma) concessionária autorizada no Estado de Rondônia, com endereço na cidade de Porto Velho/RO; veja que um deslocamento de uma viatura que esteja no interior (Cacoa/RO); distancia de 480 km da capital; e necessário que qualquer serviço a ser feito no veículo; tenha que disponibilizar no mínimo 2 (duas) diárias ao motorista; além do desgaste natural do veículo em ter rodado 960 km para realizara uma revisão.

*Considerando os quilômetros rodados em deslocamento para revisões periódicas; há uma considerável diminuição no período de garantia em relação à quilometragem; sem contar com despesas que onera o ente público; podendo ser evitado tais despesas.*

*Nos deslocamentos ainda temos levar em consideração a ausência da viatura em sua atividade fim; deixando de servir a sociedade; o agente público também é afetado, deixando executar suas funções, nas devidas demandas e afins.*

## **CONCLUSÃO**

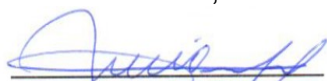
Conforme explicitado, os fundamentos jurídicos que fundamentam a presente peça, tem a musculatura necessária para direcionar esta r. autoridade à retomada da lisura do processo.

## **DO PEDIDO**

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, este Impugnante, requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado no assunto ora impugnado.

Nestes Termos  
P. Deferimento

Atenciosamente,



**João Lúcio Ornelas Silva**

Representante legal.

RG-445189/SSP-RO / CPF-614.031.646-49

E-mail: [licitacoes@nisseymotors.com.br](mailto:licitacoes@nisseymotors.com.br)

Tel.: 69-3218-2100 / 69-99941-5571





supel comissão &lt;supel.kappa@gmail.com&gt;

---

**IMPUGNAÇÃO PE 388-2020-KAPPA - NISSEY MOTORS**2 mensagens

---

**Joao Silva** <joao.silva@nisseymotors.com.br>  
Para: supel kappa <supel.kappa@gmail.com>  
Cc: lucioornelas2013 <lucioornelas2013@gmail.com>

29 de julho de 2020 11:05

Prezado(a)s Pregoeiro(a) bom dia

**Ao  
Poder Executivo  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0028.103707/2020-11**

**Pregão Eletrônico N° 338/2020/KAPPA/SUPEL/RO**

**UASG: 925373**

**Data de Abertura:** 17/08/2020 às 10:00HS, no endereço: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**> AMPLA COM COTA DE 25% PARA MICROEMPRESAS - ME  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP  
> DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO**

Att;

--





**LUCIO ORNELAS**  
Consultor de Vendas Diretas

**Nissey Motors**










Rua da Beira, 7670, C  
Porto Velho - Rondônia, Brasil  
T 55 69 3218.2100  
joao.silva@nisseymotors.com.br  
www.nisseymotors.com.br

---

As informações contidas nesta mensagem são de responsabilidade exclusiva do emitente e podem não representar a opinião das empresas do Grupo Nissey. Esta mensagem é confidencial e protegida pelo sigilo legal. A divulgação, distribuição ou reprodução deste documento depende da autorização do emissor. Caso V. Sa. não seja o destinatário ou preposto, fica, desde já, notificado que qualquer divulgação, distribuição ou reprodução é estritamente proibida, sujeitando-se o infrator às sanções legais. Caso esta comunicação tenha sido recebida por engano, favor avisar o emissor imediatamente. Grato pela cooperação.

---

**9 anexos**

-  **02-ANDRE NAKAI RG E CPF.pdf**  
163K
-  **03-GUSTAVO NAKAI RG E CPF.pdf**  
148K
-  **04-MARIO MISSUMI CNH.pdf**  
124K
-  **05-CNPJ NISSEY MOTORS LTDA.pdf**  
299K
-  **06-QSA - NISSEY MOTORS LTDA.pdf**  
213K
-  **07-12ª ALTERAÇÃO CONSOLIDADA CONTRATUAL NISSEY MOTORS 02-2020.pdf**  
286K
-  **09-PROC. NISSEY MOTORS x JOÃO LUCIO ORNELAS ATE 31-01-2021.pdf**  
1064K
-  **10-JOÃO LUCIO ORNELAS SILVA CNH - PROCURADOR.pdf**  
127K
-  **IMPUGNAÇÃO PE 388-2020-KAPPA - NISSEY MOTORS.pdf**  
764K

---

**supel comissão** <supel.kappa@gmail.com>  
Para: Joao Silva <joao.silva@nisseymotors.com.br>

30 de julho de 2020 09:21

Bom dia!

Sr. licitante, atestamos o recebimento do seu pedido que será encaminhado a Unidade requisitante, para providências cabíveis.

Att.

Equipe KAPPA/SUPEL.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

**EQUIPE KAPPA/SUPEL/RO**

**Complexo Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos - 2º Andar**

**Porto Velho, Rondônia.**

**(69) 3212-9267**